

Projeto # 2
A população brasileira no século XIX
Tarcísio R. Botelho, PUC-MG

Objetivo

O objetivo do projeto é reconstituir a evolução da população brasileira ao longo do século XIX, procurando desagregar a dinâmica populacional em nível de capitânicas e províncias. Serão levantadas as informações sobre sexo, cor, condição social (livres e cativos), além de recuperar, sempre que possível, os dados sobre ocupação da população sobretudo a partir de 1870

Estado da Arte

Existe uma longa tradição de estudos da população do território que depois formará o Brasil, remontando aos cronistas coloniais. Sempre tratando do povoamento português em território americano, procuraram contrapô-lo aos indígenas e, posteriormente, aos escravos africanos. Autores como Frei Vicente de Salvador (1982) e Pero de Magalhães Gandavo (1980) demonstraram o tipo de preocupação que se fazia presente no momento de se descrever tal população: saber com quanto soldados se poderia contar na defesa do território contra os inimigos externos (os invasores de outros Estados europeus) e interno (o indígena e o africano); precisar em quais pontos a costa brasileira permanecia desguarnecida e “despovoada”. Esta orientação permaneceu, ainda que em menor grau, até os primeiros anos da independência nacional.

As reformas introduzidas no século XVIII na máquina administrativa portuguesa produziram as primeiras estimativas mais seguras da população brasileira, como atesta Joaquim Norberto de Souza e Silva (1986) ao falar das estatísticas de 1776, 1798 e daquelas realizadas nos primeiros anos do século XIX. Nas décadas iniciais do século XIX, começaram a se fazer presentes outras preocupações que não aquelas meramente militares, estratégicas e fiscais. As eleições demandavam que se determinasse o número de habitantes das paróquias. A necessidade de levar adiante algumas políticas públicas (como aquelas ligadas ao fim da escravidão) também exigia levantamentos censitários mais elaborados. O Estado brasileiro via-se pressionado a atender necessidades diferentes daquelas do Estado português.

Também no século XIX surgiram outras preocupações entre a elite letrada, empenhada em conhecer melhor o país. Daí o aparecimento de certas obras que buscavam nas estimativas e na distribuição do contingente populacional uma descrição do Brasil. Esta preocupação aparecia nas corografias e em outros estudos monográficos que se disseminaram ao longo do século XIX, procurando descrever e dar a conhecer diferentes regiões da nova nação.¹

Do ponto de vista dos esforços censitários realizados ao longo do século XIX, esta trajetória implicou em uma progressiva transformação de levantamentos de caráter colonial, e portanto preocupados sobretudo em medir a capacidade de contribuição dos habitantes da colônia, em levantamentos propriamente nacionais, preocupados em redistribuir à população os recursos dela extraídos. Este é o sentido geral que se pode perceber nos censos brasileiros do século XIX: deixam progressivamente de ser realizados por uma metrópole (externa ou interiorizada) para serem percebidos como o espelho da nação. Nesse sentido, eles se tornaram bastante eficazes em dar uma resposta ao anseio da elite letrada imperial em descrever uma nação em construção, a qual refletia em suas clivagens aquilo que tal elite gostaria de ver: uma nação homogênea quanto aos aspectos culturais, mas hierarquizada quanto à sua condição social e quanto à cor.

As experiências que se acumularam ao longo do século XIX permitiram a consolidação de um saber razoável sobre levantamentos populacionais. Este saber, se por um lado viabilizou o Recenseamento Geral do Império de 1872, por outro gerou um volume de informações sobre a população brasileira que forneceu excelente matéria-prima para estudiosos da época, o que se refletiu na produção de monografias sobre províncias ou de trabalhos no âmbito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.² Nesse projeto, pretende-se recuperar o conteúdo destes

¹ Como exemplos, ver: Mattos (1979, 1981), Muller, (1978), além das inúmeras memórias da mesma natureza publicadas na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* ao longo do século XIX.

² São exemplos dessa produção, dentre outros: “Memória sobre o descobrimento, governo, população e coisas mais notáveis da capitania de Goiaz: pelo padre Luiz Antônio da Silva Souza”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (doravante *RIHGB*), t. XII, 4^a trimestre, 1849, pp. 429-510; “Memória estatística da Província do Espírito Santo no ano de 1817 por Francisco Alberto Ribeiro”, *RIHGB*, t. XIX, 2^a trimestre, 1856,

levantamentos censitários realizados pelas capitanias e províncias a fim de acompanhar a evolução demográfica brasileira ao longo do século XIX e tentar fazer um balanço para o Brasil como um todo.

Há um evidente descompasso nas datas e nos intervalos intercensitários das diversas províncias. Algumas são bastante ricas, como Santa Catarina, Espírito Santo e Rio Grande do Norte, enquanto outras são muito carentes, como é o caso da Bahia e do Maranhão, dentre outras. Tais dificuldades fazem com que seja necessário olhar com cuidado alguns achados. O crescimento anual da população, por exemplo, é certamente desvirtuado quanto se tem que lidar com espaços de várias décadas entre dois únicos censos disponíveis em certos intervalos. A própria estimativa da composição por sexo e condição social a partir dos dados gerais de 1808, 1818, 1823 e 1854, publicados em IBGE (Paiva et alii, 1990), pode também estar influenciada por estes problemas. Apesar disto, o esforço de qualificar um pouco melhor as informações até agora existentes no máximo apenas sobre a condição social dos brasileiros da primeira metade do século XIX representa um avanço significativo no conhecimento acerca da realidade demográfica do passado brasileiro.

Metodologia

No momento em que os resultados do censo de 1872 vieram a público, já na segunda metade da década, o Brasil dispunha de algumas estimativas para o total de sua população: o esforço do Conselheiro Velloso, em 1819, resultando na estimativa para 1818; o empenho do autor anônimo de uma memória oferecida ao Marquês de Caravelas, publicado apenas em 1895 e trazendo os dados de 1808 e 1823; o Relatório do Ministro do Império de 1855, que trouxe os valores estimados para 1854. Estes dados eram de natureza variada, com alguns trazendo apenas o total das populações provinciais (1808 e 1854) e outros discriminando os livres e os cativos.³

Agregando-se a eles o censo de 1872, é possível traçar um primeiro perfil do que foi a população brasileira ao longo do século XIX; é o que tem sido predominantemente utilizado nos trabalhos mais gerais sobre a população brasileira no período. Por ela, é possível perceber que a população escrava, embora tenha crescido em termos absolutos ao longo do período, apresentou um declínio continuado em sua participação no total da população brasileira. Cerca de 31% dos brasileiros eram cativos em 1818, mas apenas 15% o eram em 1872. A taxa de crescimento anual da população como um todo foi de quase 4% entre 1808 e 1818, baixando para 1,93% entre 1818 e 1823 e 2,14% entre 1823 e 1854. Entre 1854 e 1872, este ritmo de crescimento recuou ainda mais, ficando em 1,43% ao ano. Tomando-se os segmentos populacionais em conformidade com suas condições sociais, tem-se que os livres cresceram acima de 2% ao ano entre 1818 e 1872, enquanto os cativos cresceram entre 0,7% e 0,5% ao ano.⁴

Dispondo de diversos levantamentos censitários realizados nas capitanias e províncias brasileiras, pretende-se acompanhar de modo mais desagregado e refinado a evolução demográfica destas unidades regionais para, ao final, retomar com um balanço mais detalhado do

p. 161-188; "Resumo das observações estatísticas feitas pelo engenheiro Luiz D'Alincourt [...] em 1826", *RIHGB*, t. XX, 3^a trimestre, 1857, p. 345-360; "Divisão eclesiástica do Brasil, pelo desembargador Antônio Rodrigues Velloso", *RIHGB*, t. XXVII, 2^a trimestre, 1864, p. 263-269, *RIHGB*, t. XXIX, 1^a trimestre, 1866, p. 159-199; "População da capitania de Mato Grosso em 1800", *RIHGB*, t. XXVIII, 1^a trimestre, 1865, p. 123-127; "Memória e considerações sobre a população do Brasil, por Henrique Jorge Rebello", *RIHGB*, t. XXX, 1^a trimestre, 1867, p. 5-42; "Mapa da população da corte e província do Rio de Janeiro em 1821", *RIHGB*, t. XXXIII, 1^a trimestre, 1870, p. 135-142; Mattos (1979; 1981); Marques (1879); Marquez (1870, 1878); Mello (1979); Müller (1978); Brasil (1997).

³ Oliveira, Conselheiro Antônio Rodrigues Velloso de, A igreja no Brasil, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo XXIX, 1^o Trimestre, 1866, p. 159-99; Autor Anônimo, Memória Estatística do Império do Brasil, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo LVIII, Parte I, 1^o e 2^o Trimestres 1895, p. 91-99; Relatório do Ministro do Império de 1855. Utilizarei sempre os totais ajustados para as províncias publicados em: Paiva et alii (1990). Escolheu-se 1854 e excluiu-se os dados existentes para a década de 1860 porque o primeiro é mais consistente com o observado para o Brasil ao longo de todo o século.

⁴ Nesse caso, utilizou-se a taxa geométrica de crescimento anual (r), calculada a partir de: $P_t = P_o \cdot e^{rt}$, onde: P_t é a população final, P_o é a população inicial, r é a taxa de crescimento e t é o intervalo de tempo em anos entre P_o e P_t .

Brasil como um todo. A primeira preocupação será com as taxas de crescimento anual observadas ao longo do século. Em seguida, serão também consideradas as informações sobre a condição social (habitantes livres ou cativos) e sobre o sexo, além de recuperar, sempre que possível, os dados sobre a composição por cor da população, privilegiada pelas análises da época, sobretudo a partir de 1870. As transformações demográficas da época articulam-se com as mudanças econômicas então em curso nas diversas capitanias e províncias.

Bibliografia

- BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa, *Ensaio estatístico da Província do Ceará*, 1ª edição 1863, Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.
- GANDAVO, Pero de Magalhães, *Tratado da Terra do Brasil; História da Província de Santa Cruz*, Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1980.
- MARQUES, Major Manoel Eufrazio de Azevedo, *Apontamentos históricos, geographicos, biographicos, estatísticos e noticiosos da Província de S. Paulo*, Rio de Janeiro: Typographia Universal de Eduardo & Henrique Laemmert, 1879.
- MARQUEZ, Cezar Augusto, *Diccionario historico-geographico da Provincia do Maranhão*, Maranhão: Typ. do Frias, 1870.
- MARQUEZ, Cezar Augusto. *Diccionario historico, geographico e estatístico da Provincia do Espirito Santo*, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.
- MATTOS, Raimundo José da Cunha, *Corografia histórica da Província de Goiás*. Goiânia (GO): Sudeco, Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Governo de Goiás, 1979.
- MATTOS, Raimundo José da Cunha,, *Corografia histórica da provincia de Minas Gerais (1837)*, Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1981.
- MELLO, Jeronymo Martiniano Figueira, *Ensaio sobre a estatística civil e política da província de Pernambuco*, 1ª edição 1852, Recife: Estado de Pernambuco, Conselho Estadual de Cultura, 1979.
- MULLER, Daniel Pedro, *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de S. Paulo* ordenado pelas leis provinciais de 11 de Abril de 1836, e 10 de março de 1837, São Paulo: Governo do Estado, 1978 (ed. fac-similar; 1 ed.: 1838).
- PAIVA, C. A., CARVALHO, J. A. M. de, LEITE, V. da M. Demografia. In: FIBGE. *Estatísticas históricas do Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. p. 19-52.
- SALVADOR, Frei Vicente de, *História do Brasil, 1500-1627*, Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1982.
- SILVA, Joaquim Norberto de Souza e, *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império*, São Paulo: IPE/USP, 1986 (ed. fac-similar, 1870)